

Torres nega interferência em operações da PRF

Torres nega interferência na PRF

À PF, ex-ministro da Justiça se exime de operações deflagradas pela corporação no Nordeste, no segundo turno das eleições

» RENATO SOUZA

Em depoimento na sede da Polícia Federal, ontem, em Brasília, o ex-ministro Anderson Torres negou ter interferido nas operações da Polícia Rodoviária Federal (PRF) no segundo turno das eleições de 2022. De acordo com informações obtidas pelo *Correio*, ele disse que não decidiu sobre as ações da corporação.

Torres ficou por cerca de três horas no prédio. Respondeu a todos os questionamentos, diferentemente do depoimento marcado em janeiro, quando decidiu ficar calado.

Ao negar interferência na PRF, ele argumentou que a direção da corporação tem autonomia para decidir sobre as ações de fiscalização.

A oitiva foi marcada para que Torres prestasse informações sobre blitzes que ocorreram nos estados do Nordeste em outubro do ano passado, quando milhões de eleitores saíram para votar. Na região, o PT tem hegemonia.

Ônibus, carros de passeio, motociclistas e outros tipos de veículos foram abordados, o que dificultou a chegada dos cidadãos às urnas.

A PF quer saber se as abordagens tiveram como objetivo impedir que os eleitores votassem, para reduzir as chances de vitória do petista Luiz Inácio Lula da Silva. À época, Torres era ministro da Justiça do governo de Jair Bolsonaro, candidato à reeleição.

Dias antes da votação, o então titular da pasta foi à Bahia e se encontrou com dirigentes da Polícia Federal no estado. Na justificativa oficial, alegou que o intuito da visita foi atuar para coibir crimes eleitorais.

No entanto, investigadores suspeitam que ele tentou persuadir a superintendência da PF no estado para atuar junto à PRF e impedir o acesso dos eleitores às seções.

Nas apurações, a PF descobriu um documento de inteligência, produzido pelo ministério, com mapa detalhado dos locais onde Lula venceu no primeiro turno.

Isaac Amorim/MSP



Torres sustentou que foi à Bahia, dias antes da votação, para tentar coibir crimes eleitorais

Também conforme as investigações, Torres solicitou ampliação de operações visando o transporte coletivo de eleitores. Na PE, o

pedido dele teria sido ignorado, algo que não ocorreu na PRF.

O ex-ministro está preso no Batalhão da Polícia Militar no

Guará desde 14 de janeiro. Ele é investigado por eventual omissão ou conivência com os atos golpistas de 8 de janeiro.

Memória

“Fortes indícios” contra ex-ministro

O ex-ministro Anderson Torres foi instado a depor sobre o caso da PRF no mesmo dia em que o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), manteve a prisão dele por suposta conivência com o 8 de janeiro. Na ocasião, o magistrado apontou “fortes indícios” da ligação de Torres com a “minuta do golpe” e com fiscalizações em massa da PRF no segundo turno.

No mesmo dia, o Ministério da Justiça divulgou o número de operações feitas pela PRF nas eleições 2022, mostrando que a corporação fiscalizou, entre 28 e 30 de outubro, 2.185 ônibus em estradas do Nordeste — mais que o dobro das ações de mesmo teor registradas no Centro-Oeste (893), quatro vezes mais que o número de blitzes efetuadas no Sudeste e sete vezes mais do que no Norte.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política **Página:** 3